

Uma Carta para reequilibrar os poderes

GAZETA MERCANTIL

- 2 FEV 1987

por José Casado
de Brasília

O País começa a semana debatendo as bases de um pacto político sobre o seu futuro. Os 559 constituintes, que tomam posse neste domingo, em Brasília, têm pela frente um desafio que transcende o caráter formal de redação de uma Constituição que substitua a editada pelo regime militar, no final da década de 60.

Devem, na prática, concretizar um acordo nacional que garanta — por escrito — o regime democrático como opção política dos brasileiros. "Foram duas décadas lutando por esse momento, agora chegou a vez do povo", comentava o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, na tarde de sexta-feira.

Será a oitava Carta em 163 anos de regime constitucional. Vai ser elaborada por uma Constituinte realmente soberana, sobre a qual residem expectativas de começo efetivo de um processo de mudanças estruturais na vida nacional.

Já na noite de sexta-feira, os próprios consti-



Ulysses Guimarães

tuintes demonstravam seu interesse e sua disposição, na plenitude, de estabelecer parâmetros para deslocar o eixo político do País, reduzindo o papel do Executivo como árbitro de todos os conflitos econômicos e sociais. Reafirmavam a sua vontade política de promover um reequilíbrio entre os diferentes poderes da República.

Os partidos intensificaram a discussão sobre o caráter e as atribuições da Constituinte. E, em diferentes salas do Congresso, tornou-se perceptível o peso específico da bancada de novos legisladores. A renovação da Câmara e do Senado superou a marca histórica dos 50%.

O PMDB, partido majoritário, sente as primeiras consequências: depois de quatro horas de reunião, por exemplo, os deputados federais do partido aprovaram, na sexta-feira, uma proposta para suspensão de todo o trabalho do Senado e da Câmara Federal, até que a Constituinte decida a forma de funcionamento do Congresso para edição de leis ordinárias. O problema é que a bancada do PMDB no Senado é contrária a tal proposição, assim como a maioria do PFL e de outros partidos.

Essa proposta, se aprovada, implicaria a suspensão da disputa pela presidência da Câmara, que divide o PMDB entre o seu presidente, Ulysses Guimarães, e o deputado pernambucano Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça.

Tal disputa possui um viés político extremamente delicado do ponto de vista institucional: no Executivo, mais exatamente nas áreas militares, a eventual derrota de Ulysses para Lyra não é exatamente "digerível", conforme a expressão de um dos minis-

tros mais próximos do presidente da República.

Mas a hipótese de ascensão de Lyra era, também, examinada. E, nesse caso, em diferentes gabinetes do Palácio do Planalto, esboçava-se uma alternativa política: se eleito Lyra, o governo e a cúpula do PMDB manobriariam para, em breve, promover uma eleição indireta para a Vice-Presidência da República. Seria uma eleição indireta, voltada para a vitória de Ulysses Guimarães.